

## 2º Simulado - XXX Exame de Ordem 2019

Nome: \_\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada na 1ª fase do XXX Exame de Ordem da OAB;
- 2 – A prova contém **80 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora do certame, a FGV;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 - **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

### CARTÃO DE RESPOSTAS

<b>1</b>	A	B	C	D	<b>21</b>	A	B	C	D	<b>41</b>	A	B	C	D	<b>61</b>	A	B	C	D
<b>2</b>	A	B	C	D	<b>22</b>	A	B	C	D	<b>42</b>	A	B	C	D	<b>62</b>	A	B	C	D
<b>3</b>	A	B	C	D	<b>23</b>	A	B	C	D	<b>43</b>	A	B	C	D	<b>63</b>	A	B	C	D
<b>4</b>	A	B	C	D	<b>24</b>	A	B	C	D	<b>44</b>	A	B	C	D	<b>64</b>	A	B	C	D
<b>5</b>	A	B	C	D	<b>25</b>	A	B	C	D	<b>45</b>	A	B	C	D	<b>65</b>	A	B	C	D
<b>6</b>	A	B	C	D	<b>26</b>	A	B	C	D	<b>46</b>	A	B	C	D	<b>66</b>	A	B	C	D
<b>7</b>	A	B	C	D	<b>27</b>	A	B	C	D	<b>47</b>	A	B	C	D	<b>67</b>	A	B	C	D
<b>8</b>	A	B	C	D	<b>28</b>	A	B	C	D	<b>48</b>	A	B	C	D	<b>68</b>	A	B	C	D
<b>9</b>	A	B	C	D	<b>29</b>	A	B	C	D	<b>49</b>	A	B	C	D	<b>69</b>	A	B	C	D
<b>10</b>	A	B	C	D	<b>30</b>	A	B	C	D	<b>50</b>	A	B	C	D	<b>70</b>	A	B	C	D
<b>11</b>	A	B	C	D	<b>31</b>	A	B	C	D	<b>51</b>	A	B	C	D	<b>71</b>	A	B	C	D
<b>12</b>	A	B	C	D	<b>32</b>	A	B	C	D	<b>52</b>	A	B	C	D	<b>72</b>	A	B	C	D
<b>13</b>	A	B	C	D	<b>33</b>	A	B	C	D	<b>53</b>	A	B	C	D	<b>73</b>	A	B	C	D
<b>14</b>	A	B	C	D	<b>34</b>	A	B	C	D	<b>54</b>	A	B	C	D	<b>74</b>	A	B	C	D
<b>15</b>	A	B	C	D	<b>35</b>	A	B	C	D	<b>55</b>	A	B	C	D	<b>75</b>	A	B	C	D
<b>16</b>	A	B	C	D	<b>36</b>	A	B	C	D	<b>56</b>	A	B	C	D	<b>76</b>	A	B	C	D
<b>17</b>	A	B	C	D	<b>37</b>	A	B	C	D	<b>57</b>	A	B	C	D	<b>77</b>	A	B	C	D
<b>18</b>	A	B	C	D	<b>38</b>	A	B	C	D	<b>58</b>	A	B	C	D	<b>78</b>	A	B	C	D
<b>19</b>	A	B	C	D	<b>39</b>	A	B	C	D	<b>59</b>	A	B	C	D	<b>79</b>	A	B	C	D
<b>20</b>	A	B	C	D	<b>40</b>	A	B	C	D	<b>60</b>	A	B	C	D	<b>80</b>	A	B	C	D

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

#### Questão 1

Juninho, advogado, foi contratado para defender os interesses de João da Tesoura, o qual foi preso quando estava prestes a praticar um crime.

Assim que contratado pela mãe de João, Juninho se dirige a delegacia para conversar com o seu cliente e entender todos os fatos já narrados pela imprensa em diversos meios de comunicação. No entanto, o advogado foi barrado na delegacia, sob o argumento de que o seu cliente estava incomunicável, e que sem procuração expressa para defendê-lo o contato com o preso não seria autorizado.

Diante da situação fática narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Juninho não pode ter contato com o cliente sem a apresentação de procuração expressa.
- b) Juninho poderá comunicar-se com seu cliente de forma pessoal e reservada, salvo quando considerado incomunicável.
- c) Juninho, como advogado, tem direito a comunicar-se com seu cliente, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando este se achar preso, detido ou recolhido, tornando-se incomunicável apenas quanto preso em estabelecimento militar.
- d) Juninho, como advogado, tem direito a comunicar-se com seu cliente, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando este se achar preso, detido ou recolhido em estabelecimento civil ou militar, ainda que considerado incomunicável.

#### Questão 2

Mariana, advogada, foi contratada por Alceu para atuar em ação previdenciária com pedido de tutela de urgência.

O mandato foi outorgado em junho de 2019, época em que a ação foi proposta. No entanto, diante das complicações processuais surgidas ao longo da lide, Alceu ficou muito insatisfeito com os serviços prestados por Mariana, quando, em setembro de 2016, decidiu contratar o advogado Pedro para assumir o processo e tentar reverter à situação jurídica.

Considerando a narrativa, assinale a alternativa correta acerca do tema.

- a) Caso Mariana renuncie ao mandato, a sua atuação, representando Alceu, ainda continuará por 15 (quinze)

dias, a fim de evitar prejuízos a parte no processo.

- b) A renúncia ao patrocínio deve ser feita com menção do motivo que a determinou, quando cessará a responsabilidade profissional pelo acompanhamento da causa, uma vez decorrido o prazo legal.
- c) A renúncia ao mandato exclui a responsabilidade por danos eventualmente causados ao cliente ou a terceiros.
- d) A revogação do mandato judicial por vontade do cliente não o desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas.

#### Questão 3

Guilherme de Lima, advogado, e com vasta experiência na área criminal, foi contratado para participar de programa de televisão, conhecido como "Justiça na TV", com o intuito de compartilhar informações sobre a carreira e dicas de atuação na área criminal, frente aos casos apresentados no programa.

No curso do programa, por diversas vezes, o advogado opinou sobre a atuação de seus colegas advogados acerca de casos de grande repercussão na mídia.

Assim, conforme os regramentos éticos aplicados aos advogados, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedado ao advogado realizar a participação em programas televisivos.
- b) Nos termos do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, o advogado pode realizar consultas jurídicas no programa, ainda que para fins de autopromoção.
- c) A participação do advogado em programas televisivos deve-se limitar ao aspecto educacional e instrutivo.
- d) O advogado pode realizar no programa pronunciamentos sobre os métodos de trabalho usados por seus colegas de profissão, sem que incorre em infração ética.

#### Questão 4

Fábio do Gueto, advogado, foi condenado criminalmente, tendo como partícipe em sua conduta, o seu primo, Mitto Jr., também advogado, conforme detalhado em sentença já transitada em julgado. Ainda, em sede de processo disciplinar perante a OAB sofreu punições, em razão dos mesmos atos que o levaram a condenação criminal.

No entanto, após três de sua condenação criminal e

disciplinar, Fábio solicita a sua reabilitação disciplinar.

Diante do exposto, e tendo por base que a sanção disciplinar resultou da prática de crime, é correto afirmar que

- a) O requerimento de reabilitação independe de provas efetivas de bom comportamento.
- b) A reabilitação administrativa independe da criminal.
- c) O pedido de reabilitação depende da correspondente reabilitação criminal.
- d) Ambas as reabilitações independem e podem tramitar paralelamente.

### Questão 05

A proteção ao sigilo profissional está prevista não só na Constituição Federal, mas também na legislação ordinária. Contudo, uma questão bastante polêmica e de fomentação de grandes discussões diz respeito à existência de limites ao exercício do sigilo profissional, em especial na relação cliente/advogado. No que se refere à essa temática e de acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

- a) O sigilo profissional é de ordem pública, sendo dependente de solicitação de reserva que lhe seja feita pelo cliente.
- b) O advogado, quando no exercício das funções de árbitro, não se submete às regras de sigilo profissional.
- c) O advogado tem a faculdade de guardar sigilo dos fatos de que tome conhecimento no exercício da profissão.
- d) O sigilo profissional poderá ser relativizado em circunstâncias excepcionais que configurem justa causa.

### Questão 06

O consagrado advogado Ivan Marques, inscrito na OAB-MG, foi escolhido em lista tríplice pelo Conselho Seccional, de forma a ser nomeado e empossado como Desembargador do Tribunal de Justiça deste Estado (quinto constitucional). Nesta situação, o advogado

- a) ficará licenciado da advocacia, até o término de seu mandato no TJ-MG.
- b) continuará inscrito na OAB-MG e exercendo a advocacia, porém ficando impedido de advogar contra a fazenda que o remunera.
- c) terá suspensão a sua inscrição na OAB-MG.
- d) terá cancelada a sua inscrição na OAB-MG.

### Questão 07

O advogado Emmanuel Macron que, por motivos pessoais, não mais deseja continuar patrocinando a causa de seu cliente Naro deve:

- a) renunciar ao mandato e continuar representando seu cliente por trinta dias, salvo se este constituir novo advogado antes do término do prazo.
- b) fazer um substabelecimento sem reservas de poderes para outro advogado e depois comunicar o fato ao cliente.
- c) comunicar ao cliente a renúncia ao mandato e funcionar no processo nos dez dias subsequentes, caso outro advogado não se habilite antes.
- d) comunicar ao cliente a desistência do mandato e indicar outro advogado para a causa, o qual deve ser, obrigatoriamente, contratado pelo cliente.

### Questão 08

Considere que Bento Santiago, o Bentinho, seja gerente do Banco Money. Lobo Neves é prefeito de Resende. Nascimento é policial militar no Rio de Janeiro.

Os três são advogados e pretendem praticar atividades privativas de advocacia.

Considerando as incompatibilidades e impedimentos ao exercício da advocacia, assinale a opção correta.

- a) Não há impedimentos ou incompatibilidades para que Bento Santiago continue na gerência do banco e ainda continue advogando.
- b) Nascimento, como PM, ou seja, servidor público, pode advogar, apenas estando impedido de exercer a advocacia contra o Estado.
- c) Bento Santiago, Lobo Neves e Nascimento, de acordo com o Estatuto da Advocacia, exercem funções incompatíveis com a advocacia.
- d) Não há impedimento para que Lobo Neves atue como advogado, uma vez que ser chefe do Poder Executivo Municipal não é considerado atividade incompatível com a advocacia. Seria caso de incompatibilidade se Lobo Neves fosse chefe do Poder Executivo Federal, apenas.

## FILOSOFIA DO DIREITO

### Questão 09

Quanto ao processo de colmatação, marque a opção CORRETA:

- a) A doutrina é unânime em aceitar a existência de lacunas no ordenamento jurídico.
- b) O termo heterointegração refere-se à colmatação feita com base em elementos externos ao direito positivo.

c) Lacuna axiológica é aquela na qual há dissociação entre a previsão normativa e a realidade social.

d) Há lacuna ontológica quando ocorre a ausência de norma jurídica justa à solução do caso concreto.

### Questão 10

Quanto aos métodos interpretativos é CORRETO afirmar:

a) O método teleológico concentra suas preocupações no fim a que a norma se dirige.

b) O método histórico procura o sentido da norma levando em consideração as condicionantes sociais atuais (ao tempo da interpretação).

c) O método sociológico analisa o entrelaçamento das normas, cujo sentido deve ser extraído de sua relação com outras normas.

d) O método sistemático busca extrair o significado da norma dentro de contextos textuais.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### Questão 11

João é um líder ativista que defende a proibição do aborto. Após divulgar nas redes sociais a realização de uma manifestação contra um projeto de lei sobre a liberação da medida, o jovem rapaz científica as autoridades sobre o evento que deseja realizar. Por outro lado, Ana é uma líder ativista do movimento pela liberação do aborto. Tendo tomado conhecimento de tal evento, Ana resolveu marcar para o mesmo dia e local uma manifestação favorável ao citado projeto de lei, com o objetivo de impedir a propagação das ideias defendidas por João. Cumpre destacar que Ana não solicitou qualquer autorização à autoridade competente. Nesse sentido, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) Ana pode seguir com a iniciativa, visto ser livre a expressão de suas ideias com fundamento no princípio do Estado Democrático.

b) O direito de reunião depende de prévia autorização por parte da autoridade competente, logo, Ana não pode dar continuidade à sua iniciativa.

c) A reunião de Ana frustraria na prática a reunião de João, anteriormente convocada para o mesmo local. Diante disso, Ana não poderia dar continuidade à sua iniciativa.

d) O direito de reunião é livre quando o país não se encontra em estado de sítio ou em estado de defesa. Logo, Ana pode dar continuidade à sua iniciativa.

### Questão 12

Com a intenção de exercer a profissão de contador no estado do Ceará, Rodolfo, nascido em Portugal e filho de pais portugueses, mudou-se para o Brasil ao completar 25 anos, local onde moram seus avós paternos. Rodolfo permanece por 13 (treze) anos ininterruptos laborando e residindo em Salvador. Com base na hipótese narrada, sobre os direitos políticos e de nacionalidade, assinale a afirmativa correta.

a) Rodolfo somente poderá se tornar brasileiro quando completar 15 (quinze) anos ininterruptos de residência no Brasil, e ainda deve demonstrar que não sofreu condenação penal e requerer a nacionalidade brasileira.

b) Se comprovada sua idoneidade moral, Rodolfo poderá, na forma da lei, adquirir a qualidade de brasileiro naturalizado e, nessa condição, desde que preenchidos os demais pressupostos legais, candidatar-se ao cargo de prefeito da cidade de Salvador.

c) Independente de comprovação de idoneidade moral, Rodolfo poderá, na forma da lei, adquirir a qualidade de brasileiro naturalizado e, nessa condição, desde que preenchidos os demais pressupostos legais, candidatar-se ao cargo de Presidente do Senado Federal da cidade de Salvador.

d) Por ser originário de país de língua portuguesa, Rodolfo adquirirá a qualidade de brasileiro nato ao demonstrar, na forma da lei, residência ininterrupta por 1 (um) ano em solo pátrio e idoneidade moral.

### Questão 13

O Município Alfa, localizado em um Estado-membro da Federação brasileira, deixa de cumprir ordem judicial emanada pelo Tribunal de Justiça. Diante de tal fato, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) Por intermédio de requisição, o Tribunal de Justiça local poderá solicitar ao Governador do Estado a decretação de intervenção estadual no Município Alfa, sem necessidade de nenhum tipo de Ação Direta Interventiva.

b) O Procurador-Geral de Justiça poderá ajuizar Representação Interventiva junto ao Supremo Tribunal Federal, que julgando-a procedente suscitará a intervenção federal no Município em tela, a ser decretada pelo Governador do Estado.

c) O Superior Tribunal de Justiça poderá, por intermédio de requisição ao Chefe do executivo Estadual, determinar a intervenção estadual no Município Alfa, sem a necessidade de nenhum tipo de Ação Direta Interventiva.

d) O Procurador-Geral de Justiça poderá ajuizar Ação Direta Interventiva estadual junto ao Tribunal de Justiça local que, julgando-a procedente autorizará a intervenção

estadual no Município Alfa a ser decretada pelo Governador do Estado.

#### Questão 14

Fábio, deputado federal integrante do partido Z, teve projeto de lei aprovado com o apoio de outros partidos políticos. O projeto de lei foi vetado integralmente pelo Presidente da República. Diante do caso apresentado, assinale a alternativa que apresenta a atitude que pode ser tomada por Fábio para que o projeto possa ser convertido em lei.

- a) Reunir uma base de apoio que conte com a maioria simples dos membros de uma das casas legislativas, com o objetivo de apresentar na mesma sessão legislativa um projeto idêntico.
- b) Evocar o Poder Judiciário contra o ato do Presidente da República que, valendo-se de instrumento arbitrário e antidemocrático, impedirá o Legislativo de exercer sua função típica.
- c) Formar maioria absoluta no Congresso nacional (senadores e deputados federais) que, em sessão conjunta, votará pela derrubada do veto imposto pelo Presidente da República.
- d) Recorrer politicamente ao Presidente da República, de forma a fazer com que este desista do veto por intermédio da figura jurídica da retratação de veto presidencial.

#### Questão 15

Maria, insatisfeita com a cobrança de um tributo, julgando a cobrança inconstitucional, ingressa com ação individual buscando a repetição de indébito tributário, tendo como causa de pedir a inconstitucionalidade da Lei Federal "Z", que criou o tributo. Sobre a demanda, assinale a afirmativa correta.

- a) Se a questão for levada em recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, e este declarar a inconstitucionalidade da Lei Federal "Z" pela maioria absoluta dos seus membros, a decisão terá eficácia contra todos e efeitos vinculantes.
- b) Maria não possui legitimidade para ingressar com a demanda, questionando a constitucionalidade da Lei Federal "Z", atribuída exclusivamente as pessoas e entidades do art. 103 da Constituição Federal.
- c) O órgão colegiado, em sede de apelação, não pode declarar a inconstitucionalidade da norma, devendo submeter a questão ao Pleno do Tribunal ou órgão especial (quando houver), exceto se já houver prévio pronunciamento deste ou do plenário do STF sobre a sua inconstitucionalidade.
- d) O juiz de primeiro grau não detém competência para a

declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, mas somente o Tribunal de segundo grau, tendo como requisito o prévio pronunciamento do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre o caso.

#### Questão 16

Gabriel, cidadão italiano, resolveu fazer uma viagem de férias com a família para o Nordeste brasileiro. Durante um passeio as praias, ao entrar no mar, acabou sofrendo um acidente: cortou a cabeça em uma pedra, precisando de urgente atendimento hospitalar. Ao chegar ao hospital da rede pública municipal, recebeu a notícia que não poderia ser atendido sob o argumento de que o mesmo seria estrangeiro e não faria jus aos serviços do Sistema Único de Saúde. Assim, Gabriel deveria procurar um hospital particular. Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) O caput do art. 5º da CF/88, assegura a igualdade de todos os brasileiros natos e naturalizados, porém, Gabriel é estrangeiro não fazendo jus ao direito social à saúde.
- b) Por ser direito social, a saúde só pode ser prestada aqueles que contribuem para a manutenção da seguridade social, assim como a Previdência Social. No caso, por ser estrangeiro, Gabriel não pode ser atendido pelos hospitais que integram o SUS.
- c) O SUS rege-se pelo princípio da universalidade da tutela à saúde, direito fundamental do ser humano. Mesmo sendo cidadão italiano, Gabriel, ao ingressar no território brasileiro, tem direito ao atendimento médico público e gratuito em caso de urgência.
- d) Gabriel pode ser atendido em hospital público que integre o SUS, mas terá que custear todas as despesas com seu tratamento, salvo se comprovar hipossuficiência econômica.

#### Questão 17

A queda de uma barragem no Estado-membro Beta causou tumulto e invasões a estabelecimentos comerciais da região. O Presidente da República, diante do atingimento à ordem pública e à paz social, cumprindo todos os pressupostos constitucionais exigíveis, decretou estado de defesa no Estado. O prazo inicial de 30 dias foi prorrogado por mais 30 dias, porém as medidas não foram eficazes para conter a situação. Com dúvidas sobre o procedimento que deveria seguir, o Presidente resolve evocar os assessores jurídicos. Diante da situação apresentada, com base no sistema constitucional vigente, assinale a alternativa correta.

- a) Se cumpridas as exigências formais, será possível uma nova prorrogação de, no máximo, 30 dias do estado de defesa.

b) Cumpridas as exigências formais, será possível decretar estado de sítio, visto que é vedada nova prorrogação do estado de defesa.

c) Será possível, cumpridas as exigências formais, prorrogar o estado de defesa por tempo indeterminado, até que seja a crise completamente cessada, e ainda há possibilidade de restrição ao direito de reunião.

d) Será obrigatoriamente decretada a intervenção federal no Estado Beta, abrindo a possibilidade de utilização de meios de ação mais contundentes do que os previstos no estado de defesa.

## DIREITOS HUMANOS

### Questão 18

Joaquina, com 18 anos de idade, reside na casa da sua avó, com sua mãe e seu tio. O tio possui um comportamento extremamente abusivo, acreditando que gerencia da forma que lhe convém a vida de todas que residem na casa, já que como o próprio diz "é o homem da casa".

Na semana passada, o tio de Joaquina discutiu gravemente com ela, chamando-a de nomes baixíssimos, pois teria lido seus e-mails e mensagens do facebook em seu computador, sem a sua autorização e teria visto várias conversas íntimas dela com alguns rapazes que estava se relacionando.

Extremamente chocada com a sua situação, Joaquina foi orientada por uma amiga a procurar a ONG "Direitos civis e políticos de Brasília" para buscar apoio a fim de que seu tio jamais cometa novamente este tipo de ingerência contra a sua pessoa.

Suponha que você é o(a) advogado(a) que prestará auxílio a Joaquina, marque a alternativa correta.

a) Você deverá informar a Joaquina que, segundo a redação do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, ninguém poderá ser objeto de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais às suas honra e reputação.

b) Você deverá esclarecer a Joaquina que, segundo a redação do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, ninguém poderá ser objeto de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada ou em sua correspondência, de modo que seu tio agiu incorretamente ao vasculhar seus meios de comunicação; contudo, deverá buscar outra fonte normativa no que toca às ofensas ilegais realizadas quanto à sua honra, pois quanto a isso, o PIDCP é silente.

c) Você deverá esclarecer a Joaquina que, segundo a redação do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, ninguém poderá ser objeto de ingerências

arbitrárias ou ilegais em sua vida privada ou em sua correspondência, salvo quando se trate de relações domésticas, em que se aplicará o previsto na legislação interna brasileira.

d) Você deverá informar a Joaquina que, segundo o Pacto de San José da Costa Rica, ninguém poderá sofrer ofensas ilegais à sua honra ou reputação, ressalvados os casos de discussões domésticas que não entram nesta definição.

### Questão 19

Acerca da Declaração Universal de Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

a) Embora assegure todas as garantias de defesa, a Declaração Universal dos Direitos Humanos não garante de forma expressa a presunção de inocência até que a culpabilidade de alguém tenha sido provada.

b) Admite-se a criação de tribunal ad hoc para julgar crimes praticados por nacionais de um país.

c) Na DUDH encontram-se normas que consubstanciam, além de direitos e garantias individuais, direitos sociais do homem.

d) É garantido o asilo em outros países àquele que for vítima de perseguição, ainda que motivada por crimes de direito comum.

## DIREITO INTERNACIONAL

### Questão 20

A Corte Internacional de Justiça (CIJ) é o principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas, a ela competindo decidir, segundo o direito internacional, as controvérsias que lhe forem submetidas. Quando da criação da CIJ, existia a dúvida sobre com base em quais normas esse tribunal deveria decidir um litígio. Para dirimir essa dúvida, foi redigido o art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, que instituiu as doutrinariamente chamadas fontes estatutárias. Assinale o item que não esteja no rol de fontes do art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

a) O Costume Internacional, que é uma prática geral e reiterada aceita como sendo o próprio direito, munida de elementos objetivos e subjetivos.

b) As Decisões de Organizações Internacionais, como é o caso da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948).

c) As Convenções Internacionais, que são acordos formais celebrados por escrito entre Estados, entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais.

d) Os Princípios Gerais de Direito, como é o caso da ampla defesa e do contraditório, da boa fé e do respeito à coisa julgada.

### Questão 21

Roberto, de nacionalidade mexicana, veio ao Brasil a fim de passar suas férias na paradisíaca cidade de Jericoacoara/CE. Lá, conheceu Maria Clara e, depois de um tórrido romance, casou-se, em cerimônia pequena, com a sua amada de nacionalidade brasileira. Depois de um ano de casamento, nasce Raul, que hoje possui pouco mais de 2 anos de idade.

Roberto, que já reside no país há aproximadamente 4 anos, é acusado de ter cometido um crime em outro país. Como o Brasil possui tratado de extradição com o referido país, este encaminha ao governo brasileiro o pedido de extradição de Roberto. Nesse caso:

- a) Roberto não poderá ser extraditado, pois possui um filho brasileiro.
- b) Roberto poderá ser extraditado, desde que a ordem de extradição emane de um juiz federal.
- c) Roberto poderá ser extraditado independentemente de ser casado com uma brasileira e possuir um filho brasileiro.
- d) Roberto não poderá ser extraditado, pois é casado com uma brasileira e possui filho brasileiro.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### Questão 22

O contribuinte ABC Ltda. foi autuado pela Fazenda do Estado pelo não recolhimento do ICMS na circulação de mercadorias entre dois de seus estabelecimentos, localizados no Estado X. Por não concordar com a autuação, ingressou, imediata e tempestivamente, com Reclamação Administrativa, objetivando desconstituir o Auto de Infração. A autuação foi mantida em Primeira Instância Administrativa e o contribuinte ingressou, de forma tempestiva, com o Recurso Voluntário cabível, que não foi admitido pela Administração Pública porque estava desacompanhado do depósito do montante integral do débito questionado. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) O recurso deve ser admitido mesmo sem o depósito da quantia questionada porque é inconstitucional a exigência de depósito prévio de dinheiro para a admissibilidade de recurso administrativo, e deve ser provido porque não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.
- b) O recurso não deve ser admitido sem o depósito da

quantia questionada, mas o Auto de Infração deve ser anulado, pois não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.

c) O recurso deve ser admitido mesmo sem o depósito da quantia questionada por que é inconstitucional a exigência de depósito prévio de dinheiro para a admissibilidade de recurso administrativo, mas não deve ser provido, porque houve fato gerador do ICMS na circulação de mercadorias de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.

d) O recurso não deve ser admitido sem o depósito da quantia questionada, e não há fundamento para a anulação do Auto de Infração, pois constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.

### Questão 23

Por meio de lei regularmente publicada no Diário Oficial, a União institui alíquotas progressivas de ITR – Imposto Territorial Rural, com base no valor venal do imóvel. Por não concordar com tal progressividade, João das Couves ingressou com Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-tributária com pedido de Tutela Antecipada de Evidência. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A progressividade do ITR com base no valor venal do imóvel é constitucional.
- b) O ITR se submete à progressividade fiscal.
- c) O ITR deve ser progressivo e deve ter alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.
- d) O ITR não se submete à progressividade extrafiscal.

### Questão 24

Pedro, que era domiciliado no Estado W, era proprietário de um veículo automotor registrado no Estado X e de um apartamento localizado no Estado Y. Pedro faleceu no ano passado e teve seu inventário aberto no Estado W. Sobre a hipótese, é correto afirmar que o ITCMD – Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações incidente em razão da abertura da sucessão de Pedro:

- a) Deve ser recolhido exclusivamente ao Estado W, na sua totalidade, calculado sobre o valor total do patrimônio transmitido, pois o imposto é integralmente devido ao Estado onde está sendo processado o inventário.
- b) Deve ser recolhido ao Estado Y quanto à transmissão causa mortis do bem imóvel.
- c) Deve ser recolhido exclusivamente ao Estado X, na sua totalidade, calculado sobre o valor total do patrimônio

transmitido, pois o imposto é integralmente devido ao Estado onde o de cujus possuía bens móveis.

d) Não deve ser recolhido quanto à transmissão causa mortis do bem imóvel, já que sobre essa forma de transmissão incide o ITBI – Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis.

### Questão 25

ABC Serviços Educacionais Ltda. prestou serviços no ano de 2012. Como não entregou a declaração do imposto (autolancamento) e como não pagou, conseqüente, o ISS que é devido, o Município X, onde localizado o estabelecimento prestador, constituiu de ofício o crédito tributário em 24/05/2018, notificando a contribuinte em 05/06/2018. Sobre a hipótese, com base nos elementos apresentados, é correto afirmar que o crédito tributário em questão encontra-se extinto pela:

- a) Prescrição.
- b) Remissão.
- c) Exclusão.
- d) Decadência.

### Questão 26

Norma Municipal concedeu isenção de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano por 10 (dez) anos a todos os proprietários de imóveis que instalem e mantiverem sistema de geração de energia solar em seus imóveis. Luiz fez a instalação e vem mantendo o referido equipamento em seu imóvel, razão pela qual já está usufruindo o benefício fiscal pleiteado. Sobre a hipótese, é correto afirmar que essa isenção concedida a Luiz:

- a) Pode ser revogada a qualquer tempo por meio de lei, pois as isenções não geram direito adquirido.
- b) Pode ser revogada a qualquer tempo por meio de decreto, pois as isenções não geram direito adquirido e não se submetem ao Princípio da Legalidade Tributária, uma vez que se trata de matéria de Política Fiscal.
- c) Não pode ser revogada a qualquer tempo, desde que mantidas as condições previstas na lei concessiva do benefício fiscal.
- d) É inconstitucional, pois afronta o constitucionalmente consagrado Princípio da Não-cumulatividade.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### Questão 27

Um pequeno município do interior do Estado X promoveu licitação na modalidade concorrência para a construção

de uma ponte na área costeira, sendo certo que o próprio ente federativo elaborou o projeto básico e o projeto executivo da construção.

Na licitação sagrou-se vencedora a sociedade empresária Concretizando S.A.

Posteriormente, a mesma sociedade empresária foi contratada, seguindo os trâmites legais e executou a ponte sem qualquer falha. Contudo, passados seis meses da inauguração da referida obra, parte dela desmoronou, levando a óbito Joana, que trafegava no local no exato momento do desmoronamento.

A perícia constatou que o projeto básico e o projeto executivo não levaram em consideração o impacto das marés na ponte. Diante da narrativa apresentada, assinale a opção correta.

- a) O município deveria ter incluído a elaboração do projeto básico na licitação juntamente com a execução das obras.
- b) Não é necessária a demonstração de dolo ou culpa para responsabilizar a sociedade empresária Concretizando S.A pelo óbito de Joana.
- c) É necessária a demonstração de dolo ou culpa para responsabilizar a sociedade empresária Concretizando S.A pelo óbito de Joana.
- d) A culpa será exclusivamente do ente federativo que elaborou o projeto básico.

### Questão 28

Alice, médica de um hospital federal, é plantonista na emergência da unidade de saúde. Determinado dia, ao chegar ao local de trabalho, é notificada pela ouvidoria do referido órgão acerca de uma reclamação feita por uma paciente, na qual é narrado o péssimo atendimento prestado pela profissional de saúde.

Na mesma notificação, a ouvidoria pediu esclarecimentos a Alice, que deveriam ser prestados em cinco dias. Por um lapso, Alice não deu sua versão sobre o ocorrido.

A ouvidoria entendeu, assim, que os fatos narrados pela paciente eram verdadeiros, razão pela qual a médica foi advertida - apontamento este incluído nos assentamentos funcionais da servidora. Insatisfeita, Alice recorreu.

Para que o apelo fosse admitido, teve que fazer um depósito de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cobrir custos administrativos decorrentes do pleito de reexame do processo.

Com base no caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) Não é lícita a exigência de caução como requisito de admissibilidade do recurso administrativo proposto por Alice.



b) Como Alice ficou-se inerte, os fatos narrados pela paciente são verdadeiros e portanto, a advertência aplicada está correta e não cabe recurso administrativo.

c) A exigência de caução como requisito de admissibilidade do recurso administrativo é lícita, conforme entendimento jurisprudencial.

d) O valor exigido como caução extrapolou os limites amparados em lei, sendo certo que o valor correto para a admissibilidade do recurso administrativo é de 10% do valor dos rendimentos do agente público.

### Questão 29

Carlos foi aprovado em concurso público realizado na vigência da Emenda Constitucional nº 20/98, para desempenhar serviços notariais e de registro, vindo a ser nomeado tabelião de notas de serventia extrajudicial do Estado Y.

Em maio de 2018, Carlos completou setenta e cinco anos de idade e foi aposentado compulsoriamente pelo regime próprio de previdência do ente federativo em questão, contra sua vontade, fato esse que causou grande perda patrimonial para Carlos, uma vez que os proventos de inativo são inferiores ao valor do faturamento mensal do cartório.

A respeito desse caso concreto, assinale a afirmativa correta.

a) Carlos é servidor público, portanto submete-se à regra da aposentadoria compulsória aos 75 anos idade.

b) Apesar de realizar concurso público, os tabeliões, notários e oficiais dos serviços notariais e de registro não são servidores públicos.

c) Carlos é servidor público, portanto não se submete à regra da aposentadoria compulsória aos 75 anos idade.

d) Por realizarem concurso público, os tabeliões, notários e oficiais dos serviços notariais e de registro são servidores públicos.

### Questão 30

Em 2011 o município Alfa fez publicar edital de concurso público destinado ao preenchimento de duas vagas de professores para a rede de ensino municipal. Cláudia, sobrinha do então Prefeito Hugo, foi aprovada, ficando classificada em segundo lugar. Cláudia tomou posse em agosto de 2012.

O mandato do prefeito Hugo encerrou em dezembro de 2012, cinco meses após o encerramento a Polícia Civil descobriu que dias antes da aplicação da prova do concurso público, Hugo teve acesso ao conteúdo das questões e repassou a sua sobrinha.

Em novembro de 2017 o Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa em desfavor de Hugo, por ofensa aos princípios da Administração Pública, requerendo, na oportunidade, dentre outras coisas, a suspensão dos seus direitos políticos pelo prazo de oito anos.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

a) A ação de improbidade administrativa está prescrita.

b) Cláudia não poderá ser condenada por improbidade vez que à época do concurso ela não era servidora pública.

c) Caso julgada procedente a ação de improbidade, a suspensão dos direitos políticos dos envolvidos não poderá ultrapassar o prazo de cinco anos.

d) Somente a Polícia Civil e o Ministério Público poderão representar à autoridade administrativa competente para que seja apurada a prática de ato ilícito.

### Questão 31

O Estado Beta foi compelido pelo Ministério Público a ampliar um presídio cuja lotação ultrapassou os limites aceitáveis. Diante disso, o Estado divulgou edital de licitação visando a contratação de parceria público-privada, com o objetivo de reformar e ampliar o referido presídio na modalidade concessão administrativa. O valor do contrato pretendido era de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).

Diante da narrativa apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) A contratação de parceria público privada somente pode ser realizada para contratos com valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

b) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, exceto se envolver execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

c) A contratação de parceria público privada somente pode ser realizada para contratos com valor inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

d) A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação necessariamente na modalidade de tomada de preços.

### Questão 32

O Município ABC é proprietário de um lote localizado a 10km do centro da cidade, contudo, a julgar pelos entulhos e abandono visíveis no local, é certo que o bem não era utilizado pelo ente público há muitos anos. Em virtude disso, João, sua esposa e os quatro filhos

cuidaram do lote e construíram uma casa no local para a família, dando à área uma função social.

O Município ABC teve ciência do fato, mas não tomou qualquer medida para que o bem fosse desocupado. Tal situação perdurou por mais de quarenta anos, até que o município ajuizou medida judicial para retirar a família que no terreno residia.

Sobre a questão apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O terreno é insuscetível de aquisição por meio de usucapião, mesmo sendo um bem dominical.
- b) A família tem direito de permanecer no local visto que eles residem no local há mais de 30 anos, sendo este o único requisito para a aquisição de bem público por meio do usucapião.
- c) O terreno não estava afetado a um fim público, razão pela qual pode ser adquirido por usucapião.
- d) O poder público municipal não poderá alienar a área em questão, dado que todos os bens públicos são inalienáveis.

## DIREITO AMBIENTAL

### Questão 33

O licenciamento ambiental é procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais. Acerca do licenciamento, é correto afirmar que

- a) o licenciamento é obrigatório somente para as atividades que possam vir a causar significativo impacto ambiental.
- b) o licenciamento não consubstancia o exercício do poder de polícia.
- c) o órgão ambiental não pode, por decisão motivada, modificar, suspender ou cancelar licenças já concedidas.
- d) os prazos máximos de vigência para as licenças prévia, de instalação e de operação são distintos.

### Questão 34

As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. Constituem um exemplo de unidade de proteção integral e um exemplo de unidade de uso sustentável, respectivamente,

- a) Parque Nacional e Floresta Nacional.

b) Reserva Biológica e Parque Nacional.

c) Área de Preservação Permanente e Reserva Legal.

d) APA e Floresta Nacional.

## DIREITO CIVIL

### Questão 35

Rebeca celebrou contrato de comodato com Tatiana, comodatária, pelo prazo de seis meses. O início do prazo contratual se deu no dia 1º de julho de 2019, e o objeto era um carro cujo valor aproximado era de R\$ 22.000,00. Conforme acordado, a devolução do carro deveria ser feita na primeira semana de dezembro. Findo o prazo contratual do comodato, Tatiana, além de não devolver o carro, resolveu viajar com seu namorado para Gramado, retornando apenas três dias depois. Ocorre que, durante a viagem de Tatiana, sua casa foi assaltada e o carro, levado. Com base nos fatos narrados, sobre a posição de Rebeca, assinale a afirmativa correta.

- a) Não terá direito a perdas e danos, pois cedeu o uso do bem à Tatiana.
- b) Não receberá nada, pois o perecimento do carro se deu em razão de fato fortuito ou de força maior.
- c) Fará jus a perdas e danos, visto que Tatiana não devolveu o carro na data prevista.
- d) Receberá 50% do valor do bem, pois, por fato inimputável à Tatiana, o bem não foi devolvido.

### Questão 36

Renata, pessoa com deficiência mental, se apaixona por Ricardo, sujeito plenamente capaz. Ambos são maiores e decidem contrair matrimônio. Durante a cerimônia, Renata e Ricardo expressam clara e inequivocamente a vontade de contrair núpcias, mesmo contra a vontade da mãe de Renata, Jesuína, que afirma categoricamente a incapacidade da filha de constituir família. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, o casamento é considerado:

- a) válido, mas anulável.
- b) válido.
- c) inexistente.
- d) nulo.

### Questão 37

Em 2007, Ariana, 6 anos, estava caminhando para casa, quando foi atacada pelo cachorro de Sueli, sua vizinha. Apesar do rápido socorro prestado por Sueli, o ataque causou sérios danos físicos e psicológicos a Ariana, originando um longo e caro tratamento de saúde. Após a

recuperação total de Ariana, seu pai, Luciano, propõe, em agosto de 2016, ação de reparação por danos patrimoniais e morais, contra Sueli.

O juiz profere sentença julgando improcedente a demanda, fundamentando, para tanto, que Sueli, proprietária do animal, “empregou o cuidado devido, pois mantinha o cachorro preso à coleira, dentro de seu quintal, separado por grades e portão”. Além disso, o juiz argumenta que “já teria ocorrido a prescrição trienal da ação de reparação porque a ação foi proposta apenas 9 anos depois do fato”. A respeito do caso, assinale a alternativa correta.

- a) o julgamento está correto quanto à ausência de culpa de Sueli e quanto à prescrição.
- b) o julgamento está incorreto quanto à ausência de culpa de Sueli e quanto à prescrição.
- c) o julgamento está incorreto quanto à ausência de culpa de Sueli, mas correto quanto à prescrição.
- d) o julgamento está correto quanto à ausência de culpa de Sueli, mas incorreto quanto à prescrição.

### Questão 38

Rafael é estudante de Engenharia, maior e assíduo frequentador de festas. Um belo dia, após uma noite em festas de repúblicas, perdeu a hora e não chegou a tempo para a prova final de Cálculo VI. Seu professor, Paulo, ao receber Rafael para conversar, não autorizou o aluno a realizar uma segunda chamada, por entender que se tratou de ato de extrema irresponsabilidade, atribuindo, sumariamente, nota zero na respectiva prova.

Transtornado - e levemente embriagado -, Rafael resolveu riscar o carro do professor, sendo pego em flagrante pelos seguranças da universidade. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Os pais de Rafael devem ser acionados imediatamente após o flagrante e comunicados de que são responsáveis pela indenização, uma vez que ocorreu culpa in vigilando.
- b) Os pais de Rafael devem ser comunicados de que são responsáveis, pois Rafael ainda é totalmente dependente deles, uma vez que apenas cursa o ensino superior, não exercendo, ainda, qualquer atividade remunerada que lhe garanta o pleno sustento. Logo, a responsabilidade dos pais de Rafael decorreria especificamente do poder familiar.
- c) A responsabilidade de Rafael é subjetiva e de seus pais é objetiva.
- d) Rafael possui responsabilidade pelo ato praticado, devendo responder de forma subjetiva e arcar com os prejuízos causados pelo ato ilícito.

### Questão 39

Bruna comprou uma moto de Ronda em 01.04.2019. No dia 01.08.2019, a moto fundiu o motor, em razão da instalação, realizada por Ronda, de um equipamento no motor, para aumentar a potência. O equipamento, instalado no interior do motor, demorou a ser descoberto pelo mecânico. Brunas, por sua vez, desconhecia que a moto adquirida tinha o referido equipamento. Assinale a alternativa correta em relação ao caso.

- a) O direito de obter a redibição já se escoou em razão de decurso de prazo superior a 30 dias da compra.
- b) Brunas tem o prazo de 30 dias, a partir da descoberta do defeito, para postular o seu direito à redibição.
- c) Brunas tem o prazo de 180 dias contados da data da compra para postular o seu direito à redibição.
- d) Brunas tem o prazo de um ano da compra para postular o seu direito à redibição.

### Questão 40

Ricardo, Nádia e Heber são proprietários de um apartamento em um conhecido bairro de Brasília. O imóvel está atualmente locado a Priscila, que, há alguns meses, sublocou para Rosival. Após alguns meses de contrato de locação com Priscila, Heber foi convidado para chefiar a Embaixada brasileira na França – e prontamente aceitou. Objetivando findar seus laços com o Brasil, decidiu vender sua parte do imóvel. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Heber deverá notificar judicialmente Priscila para que ela manifeste seu interesse no direito de preferência para a compra do imóvel.
- b) O direito de preferência de Priscila caducará se ela não manifestar sua aceitação, de forma inequívoca, no prazo de 15 dias.
- c) Considerando que o imóvel está sublocado, e nem Ricardo, nem Nádia manifestaram não ter interesse em adquirir a parte de Heber, o direito de preferência cabe à Priscila e, em seguida, a Rosival.
- d) Caso Heber estivesse vendendo o imóvel por força de decisão judicial, ainda assim seria necessário que Priscila exercesse seu direito de preferência.

### Questão 41

Após uma forte chuva que comprometeu a cobertura da igreja matriz da cidade Y, as telhas foram retiradas para reforma e restauração. Diante dessa situação, acerca da tutela de bens jurídicos, é correto afirmar que as telhas

- a) descartadas na qualidade de materiais de demolição,

serão consideradas bens móveis.

b) serão consideradas como bens móveis durante o prazo da restauração.

c) serão consideradas bens móveis, durante a restauração ou na qualidade de materiais de demolição.

d) serão sempre consideradas bens móveis, mesmo que já estivessem recolocadas após a restauração.

## DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### Questão 42

José e Maria são casados e possuem uma filha chamada Clara. Um dia eles brigam e José comete homicídio doloso contra Maria, sendo condenado por sentença transitado em julgado pelo referido crime a pena de 16 anos de reclusão. Clara então vai residir com sua tia Marília – irmã de sua mãe – e seu marido, Adilson, que possuem sua guarda judicial. Como tudo isso ocorreu quando Clara possuía apenas 6 meses de vida, ela chama os tios de “pai” e “mãe” é por eles tratada como filha, assim sendo apresentada em todos os locais.

Considerando esta situação, assinale a alternativa correta.

a) Se Marília e Adilson quiserem adotar Clara, não poderão fazê-lo, pois José não perde o poder familiar em decorrência do crime cometido.

b) Na espécie, por ter José cometido crime contra ascendente e não contra a própria Clara, não há causa que justifique a perda do seu poder familiar.

c) Haverá, na situação em tela, a perda do poder familiar de José, uma vez que este cometeu crime doloso apenado com reclusão contra a ascendente de Clara.

d) Caso seja declarada a perda do poder familiar de José, não poderá haver a adoção de Clara por expressa vedação do ECA para adoção de familiares.

### Questão 43

Fernando, adolescente com 14 anos de idade, deixou seu computador logado em seu Facebook um dia. Ao chegar do colégio, foi surpreendido com seu pai já lhe esperando para lhe agredir fisicamente, pois teria visto várias conversas suas com seu namorado. Após o referido acontecimento, Fernando vem sofrendo diariamente agressões físicas e verbais por seu pai, que o obriga a participar de grupos para orientação sexual.

Hodiernamente, Fernando possui 17 anos de idade e foi diagnosticado, por um especialista, com depressão intensa em razão da situação relatada.

Considerando as informações narradas, marque a

alternativa correta.

a) O Juízo competente poderá determinar o afastamento do pai de Fernando da residência em que vive com ele, como medida cautelar para evitar o não agravamento do dano psicológico do adolescente; ademais, poderá também o juiz fixar pensão alimentícia provisória para o suporte de Fernando.

b) O Juízo competente poderá determinar o afastamento do pai de Fernando da residência em que vive com ele, como medida cautelar para evitar o não agravamento do dano psicológico do adolescente; contudo, não poderá também o juiz fixar pensão alimentícia provisória que deverá ser buscada em ação autônoma.

c) O Juízo competente não poderá determinar o afastamento do pai de Fernando da residência em que vive com ele, mas poderá determinar o aconselhamento educacional do pai, bem como visitas periódicas do Conselho Tutelar para averiguar como está a evolução do quadro familiar.

d) Os fatos descritos só podem gerar o afastamento do pai de Fernando do lar comum, pois houve agressão física, de modo que se fossem tão somente danos de natureza psicológica, não seria possível o afastamento.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

### Questão 44

Ana aventureira tinha o grande desejo de viajar do Oiapoque ao Chuí em uma motocicleta. Para realizar seu grande sonho, adquiriu da loja Motoneta uma linda moto custom que atendia todas as necessidades que sua aventura exigia. Infelizmente, por motivos alheios a sua vontade, Ana não conseguiu adimplir com as últimas cinco parcelas da aquisição do bem. A sociedade empresária Motoneta, observando todas as regras positivadas, procedeu com a anotação legítima e regular do nome de Ana no cadastro negativo de crédito. Passados alguns dias, Ana tentou adquirir um produto numa loja de departamentos mediante parcelamento, mas o crédito lhe foi negado. Ana ficou indignada pois mesmo ciente do seu inadimplemento entende por certo que a sociedade empresária Motoneta deveria enviá-la notificação com aviso de recebimento antes de incluir seu nome no cadastro negativo.

A respeito do fato apresentado, assinale a afirmativa correta.

a) A sociedade empresária deve enviar notificação prévia do inadimplemento com o aviso de recebimento (AR) ao consumidor para que o cadastro negativo seja lícito.

b) É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

c) Caso queira, a sociedade empresária Motoneta poderá publicar em sua página na web lista de consumidores que se encontram inadimplentes, haja vista ser esse um meio eficaz para compelir os devedores ao pagamento.

d) Os bancos de dados e cadastros de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos acerca do consumidor.

### Questão 45

João comprou uma máquina de lavar louças e, durante o seu uso normal, a máquina entrou em curto e explodiu, causando lesões ao seu sobrinho que brincava próximo ao equipamento.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade do fornecedor.

a) O fornecedor apenas deverá reparar os danos se ficar demonstrada a sua atuação com dolo ou culpa que redundou na explosão da máquina.

b) O fornecedor não é responsável pelas lesões ao sobrinho de João, pois o equipamento não fora por ele adquirido, não sendo, portanto, considerado consumidor de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

c) O fornecedor é responsável pelo fato de produto, a respeito do qual João terá 90 dias para reclamar.

d) O fornecedor é responsável pelo fato do produto, pois a máquina se apresentou defeituosa, causando danos à segurança dos consumidores, independente da demonstração de dolo ou culpa.

## DIREITO EMPRESARIAL

### Questão 46

A Sociedade Empresária Nabucodonosor LTDA o procura para uma consulta acerca da possibilidade de uma Pessoa Jurídica constituir uma EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. Segundo a legislação pertinente, você deve responder:

a) Não, apenas se a Pessoa Jurídica for uma Sociedade Limitada;

b) Sim, pois a Sociedade Limitada é a única Pessoa Jurídica que poderá constituir uma EIRELI;

c) Não, por falta de previsão legal;

d) Sim, já que não há restrição em nosso ordenamento jurídico.

### Questão 47

A atividade intelectual de medicina poderá ser explorada por uma empresa, segundo o que dispõe o código civil:

a) desde que desenvolva uma atividade profissional.

b) caso o elemento da organização absorva a atividade intelectual, como no caso de um Hospital.

c) assim como a atividade intelectual da Advocacia.

d) desde que o faça por intermédio de uma Sociedade Cooperativa.

### Questão 48

A Empresa individual de responsabilidade limitada MULEKE PIRANHA EIRELI., titularizada por Cristiano Rodrigues o consulta sobre a possibilidade de afastamento da expressão "EIRELI" ao final do nome, apenas para a fachada da empresa.

a) A hipótese não é possível, já que o nome é personalíssimo.

b) A hipótese é possível já que a EIRELI pode se utilizar de firma ou denominação.

c) É medida possível já que não se trata de Nome Empresarial, mas título do estabelecimento e inclusive pode ser alienada em um contrato de trespasse.

d) O titular não pode alienar o título do estabelecimento, já que personalíssimo.

### Questão 49

O Desenho Industrial é:

a) protegida por 10 anos a contar da concessão e pode ser prorrogado por até três períodos de 5 (cinco) anos cada.

b) improrrogável.

c) protegida nas mesmas condições do nome tridimensional.

d) é protegido por 15 anos a contar do registro marcário.

### Questão 50

A respeito da nota promissória e da figura do cheque é CORRETO afirmar:

a) Nota Promissória prescrita não pode, em hipótese alguma, ser protestado no cartório de protesto de títulos de crédito, sob pena de o apresentante responder civilmente por ato ilícito, podendo, assim, ser obrigado a reparar danos materiais e morais do emitente.

b) Cabe ao tabelião de protesto, devendo ele investigar a

ocorrência da prescrição da nota promissória apresentada a protesto, a fim de evitar a ocorrência de danos ao emitente e de responder, solidariamente, pela sua reparação.

c) A antecipação do cheque pré-datado geral dano moral independentemente do dano material.

d) De acordo com o enunciado 503 da súmula do Superior Tribunal de Justiça, o prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de nota promissória sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cópia.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### Questão 51

Patrícia comprou uma geladeira em uma grande loja de eletrodomésticos, com prazo de entrega de 3 dias úteis. No último dia de entrega, a entrega não se efetuiu, pois Patrícia não estava em casa. Assim, a entrega ocorreu, efetivamente, no 4º dia útil.

Patrícia procurou José, advogado, para ajuizar uma ação de danos morais, mediante assinatura de contrato de prestação de serviços. A ação foi julgada improcedente e Patrícia se recusou a pagar o valor dos serviços de José.

José viu-se obrigado a ajuizar uma ação contra Patrícia para receber os valores devidos. Na sentença, o juiz condenou a ré ao pagamento do valor contratado, mas foi silente quanto aos honorários, sob o argumento de que José atuou em causa própria.

Assinale a alternativa correta.

a) O juiz agiu corretamente ao deixar de condenar Patrícia ao pagamento de honorários, uma vez que José atuou em causa própria e a ação já visava a cobrança de honorários contratuais.

b) Caso haja o trânsito em julgado da sentença, ocorrerá o fenômeno da preclusão e José não mais poderá pleitear a fixação dos honorários sucumbenciais.

c) Como não houve condenação, presume-se que há fixação implícita de honorários sucumbenciais em 10% do valor da condenação.

d) Caso haja o trânsito em julgado da sentença, José poderá ajuizar ação autônoma para a definição e cobrança dos honorários de sucumbência.

### Questão 52

Karen e Karina são executadas em uma ação de execução de título extrajudicial. Karen foi citada no dia 1º de março e Karina no dia 10 de março.

Considerando esta situação, assinale a alternativa

correta.

a) O prazo para os embargos à execução de Karen e Karina é contado separadamente, de modo que só se inicia a contagem do prazo para Karina embargar com a juntada do respectivo comprovante de citação.

b) O prazo para os embargos à execução de Karen e Karina é contado igualmente, de modo que só se inicia a contagem do prazo para ambas embargarem com a juntada do comprovante de citação de Karina (a última a ser citada).

c) O prazo para os embargos à execução de Karen e Karina é contado igualmente, de modo que só se inicia a contagem do prazo para ambas embargarem com a juntada do comprovante de citação de Karen (a primeira a ser citada), com vistas a atender ao princípio da celeridade processual.

d) O prazo para os embargos à execução de Karen e Karina é contado separadamente, de modo que se inicia a contagem do prazo para Karina embargar na data de sua citação – e não da juntada do respectivo comprovante de citação –, com vistas a atender ao princípio de efetividade do processo.

### Questão 53

Angélica contratou Luciano para ministrar aulas em seu cursinho, emitindo um cheque para o pagamento do valor devido. O cheque foi devolvido pelo banco por ausência de fundos. Ajuizada a execução, Angélica, em sede de embargos à execução, alegou apenas o excesso à execução, sem, contudo, garantir o juízo.

Nesta situação, marque a alternativa correta.

a) Os embargos de Angélica serão liminarmente rejeitados caso ela não tenha apresentado na petição o valor que entende correto e o demonstrativo discriminado e atualizado do seu cálculo.

b) Os embargos de Angélica serão liminarmente rejeitados, haja vista que ela não assegurou o juízo.

c) Os embargos de Angélica devem ser conhecidos apesar de não ter assegurado o juízo ou apresentado na petição o valor que entende correto e o demonstrativo discriminado e atualizado do seu cálculo, pois tais requisitos não são exigidos por lei.

d) Os embargos de Angélica não serão liminarmente rejeitados, pois o juiz deve conceder um prazo para que ela assegure o juízo em atenção ao princípio do contraditório.

### Questão 54

Mônica possuía algumas imperfeições estéticas em seus dentes. Ela, então, procurou a Dra. Mayara para fazer um

procedimento dentário. Em contrato acertaram pagamento por intermédio de 20 cheques, que seriam depositados mês-a-mês. Acontece que no 17º mês, Mônica se viu em uma má situação financeira, não arcando com as parcelas restantes. Após 6 meses, sua crise financeira foi superada e ela procurou a Dra. Mayara para efetuar o pagamento das últimas parcelas, mas não obteve sucesso, pois a Dra. Mayara havia se filiado em uma ONG na região norte do país e se mudou para um destino incerto.

Mônica, que não gosta de ficar em débito com ninguém, lhe procurou e pediu para que você, na qualidade de advogado(a), ajuíze a ação cabível com a finalidade de saldar sua dívida com a Dra. Mayara. Neste caso, você deverá ajuizar

- a) Ação de Depósito.
- b) Ação Monitória.
- c) Ação de Consignação em pagamento.
- d) Execução de título extrajudicial.

#### Questão 55

A previsão de que "não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito" representa

- a) o princípio da legalidade e é apenas infraconstitucional do processo civil.
- b) o princípio do juiz natural e possui previsão apenas na Constituição Federal, mas é aplicável aos processos civis.
- c) o princípio da reparação integral do prejuízo e possui previsão tanto na Constituição Federal, quanto no Código de Processo Civil.
- d) o princípio da inafastabilidade e está previsto tanto na Constituição Federal, quanto no Código de Processo Civil.

#### Questão 56

Verônica e Paulo firmaram contrato de prestação de serviços de pintura no valor de R\$10.000,00. Após uma semana, fizeram mais um contrato, agora de prestação de serviços de marcenaria no quantum de R\$50.000,00. Passados 5 meses, Verônica ajuizou uma ação de indenização por danos materiais contra Paulo em razão do descumprimento dos dois contratos. O réu, em sua defesa pugnou pela invalidade parcial do contrato de marcenaria e, além disso, apresentou reconvenção, pugnando danos morais no valor de R\$5.000,00.

Considerando tal situação, assinale a alternativa correta.

- a) O valor da causa na reconvenção deve ser no valor de R\$55.000,00, pois se refere ao somatório do pleito de danos morais e da declaração de invalidade parcial do contrato de marcenaria.

b) Na reconvenção não precisa dar valor à causa.

c) Na ação principal, o valor da causa deverá considerar apenas o contrato de maior valor. Na reconvenção, o valor da causa será o mesmo da ação principal.

d) Na ação principal, o valor da causa não deverá considerar o valor de R\$ 60.000,00. Na reconvenção, o valor da causa será o mesmo da ação principal.

#### Questão 57

Josiane – que mora em São Paulo – estava de férias em Cabo Frio/RJ quando chocou seu veículo no carro de Maria, que mora em Brasília. Josiane foi a responsável pelo acidente e logo se prontificou a pagar todos os gastos com o conserto do carro, mas posteriormente disse que mudou de ideia e não mais pagaria nada. Maria, então, lhe contratou para propor a ação de reparação de dano.

Questiona-se: onde você deverá propor a referida ação

- a) Apenas em São Paulo/SP.
- b) Apenas em Cabo Frio/RJ.
- c) Em Cabo Frio/RJ ou em Brasília/DF.
- d) Apenas em Brasília/DF.

### DIREITO PENAL

#### Questão 58

Marcia é médica pediatra, trabalhando no hospital municipal em regime de plantão. De acordo com a escala de trabalho divulgada no início do mês, Marcia seria a única médica no plantão que se iniciava no dia 5 de janeiro, às 20h, e findava no dia 6 de janeiro, às 20h. Contudo, depois de passar toda a noite do dia 5 sem nada para fazer, Marcia resolve sair do hospital um pouco mais cedo para participar da comemoração do aniversário de uma prima sua. Quando se preparava para deixar o hospital às 18h do dia 6 de janeiro, Marcia é surpreendida pela chegada de José de Souza, criança de apenas 06 anos, ao hospital precisando de socorro médico imediato. Marcia percebe que José se encontra em estado grave, mas decide deixar o hospital mesmo assim, acreditando que Joaquim da Silva (o médico plantonista que a substituiria às 20h) chegaria a qualquer momento, já que ele tinha o hábito de se apresentar no plantão sempre com uma ou duas horas de antecedência. Contudo, naquele dia, Joaquim chega ao hospital com duas horas de atraso (às 22h) porque estava atendendo em seu consultório particular. José de Souza morre em decorrência de ter ficado sem atendimento por quatro horas.

Qual (is) crime (s) praticaram Marcia e Joaquim,

respectivamente?

- a) Homicídio culposo e homicídio culposo.
- b) Omissão de socorro e omissão de socorro.
- c) Homicídio doloso e homicídio culposo.
- d) Homicídio doloso e nenhum crime.

### Questão 59

Livia, respeitada neurocirurgiã, opera a cabeça de José. Terminada a operação, com o paciente já estabilizado e colocado na Unidade de Tratamento Intensivo para observação, Livia deixa o hospital e vai para casa assistir ao último capítulo da novela. Ocorre que, pelas regras do hospital, Livia deveria permanecer acompanhando José pelas doze horas seguintes à operação. Como é uma fanática noveleira, Livia desrespeita essa regra e pede à Margarida, médica da sua equipe, que acompanhe o pós-operatório. Margarida é uma médica muito preparada e tão respeitada e competente quanto Livia. Margarida, ao ver José, o reconhece como sendo o assassino de seu pai. Tomada por uma intensa revolta e um sentimento incontrolável de vingança, Margarida decide matar aquele assassino cruel que nunca fora punido pela Justiça, porque é afilhado de um influente político. Margarida determina à enfermeira Hortêncina que troque o frasco de soro que alimenta José, tomando o cuidado de misturar, sem o conhecimento de Hortêncina, uma dose excessiva de anti-coagulante no soro. José morre de hemorragia devido ao efeito do anti-coagulante. Neste caso, aponte de forma justificada as condutas penais de Livia, Margarida e Hortêncina.

Assinale a alternativa que indique o crime praticado por cada envolvido.

- a) Livia: homicídio culposo – Margarida: homicídio doloso – Hortêncina: homicídio culposo.
- b) Livia: homicídio culposo – Margarida: homicídio doloso – Hortêncina: não praticou crime algum.
- c) Livia: homicídio preterdoloso – Margarida: homicídio culposo – Hortêncina: homicídio culposo.
- d) Livia: não praticou crime algum – Margarida: homicídio doloso – Hortêncina: não praticou crime algum.

### Questão 60

Sobre a Teoria do Domínio do Fato:

- a) entende como autor quem domina a realização do fato, quem tem poder sobre ele, bem como quem tem poder sobre a vontade alheia; partícipe é quem não domina a realização do fato, mas contribui de qualquer modo para ele.
- b) entende como autores todos aqueles que intervenham

no processo causal de realização do tipo, independentemente da importância que a sua colaboração possua dentro da totalidade do fato, questão que só tem interesse no momento da fixação da pena.

- c) é aceita pelos doutrinadores nacionais embora não seja aceita pela jurisprudência.
- d) não tem aplicação prática no direito penal brasileiro.

### Questão 61

Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior são institutos defensivos do iter criminis, que possuem ampla aplicação em nosso ordenamento jurídico porém, de acordo com expressa vedação do Código Penal, podemos afirmar que, como regra, não será cabível o arrependimento posterior:

- a) no roubo simples e no roubo qualificado.
- b) no roubo qualificado.
- c) no Estelionato e no roubo qualificado.
- d) no furto qualificado e no estelionato.

### Questão 62

Rodrigo, pretendendo matar a própria esposa, arma-se com um revólver e fica aguardando a saída dela da academia de ginástica. Ocorre que por erro no disparo atinge e mata pessoa diversa que passava pelo local naquele momento, sem atingir a esposa. Neste caso Rodrigo:

- a) responderá por homicídio doloso, agravado pelo fato de ter sido o crime cometido contra cônjuge (art. 61, II, "e", do Código Penal).
- b) responderá por homicídio doloso, mas sem a incidência da agravante de ter sido o crime cometido contra cônjuge (art. 61, II, "e", do Código Penal).
- c) não responderá por crime algum.
- d) responderá por tentativa de homicídio.

### Questão 63

No que tange as causas excludentes de ilicitude, assinale a opção correta.

- a) Agem em estrito cumprimento do dever legal policiais que, ao terem de prender indiciado de má fama, atiram contra ele para dominá-lo.
- b) O exercício regular do direito é compatível com o homicídio praticado eutanásia pelo médico responsável pelo paciente desenganado.
- c) Supondo o agente, equivocadamente, que está sendo



agredido, e repelindo a suposta agressão, configura-se a legítima defesa putativa, considerada na lei como erro de tipo permissivo.

d) A legítima defesa sempre será destinada a repelir agressão contra o agente e não contra terceiro.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### Questão 64

No tocante ao inquérito policial, é CORRETO afirmar que:

a) por ser um procedimento investigatório que visa reunir provas da existência (materialidade) e autoria de uma infração penal, sua instauração é indispensável, quando a ação penal for pública.

b) pode ser arquivado por determinação da Autoridade Policial se, depois de instaurado, inexistirem provas suficientes da autoria e materialidade do crime em apuração.

c) O IP é sempre sigiloso em relação às pessoas do povo em geral, por se tratar de mero procedimento investigatório, sendo somente liberado o acesso para advogados munidos de procuração com poderes especiais.

d) Dado seu caráter informativo (busca reunir informações), caso o titular da ação penal já possua todos os elementos necessários ao oferecimento da ação penal, o Inquérito será dispensável.

### Questão 65

Acerca da prisão temporária, assinale a afirmativa CORRETA:

a) A prisão temporária é uma modalidade de prisão cautelar, regulamentada pela Lei. 7.960/89. Pode ser decretada tanto na fase investigativa bem como durante o processo criminal, quando se deseja evitar a destruição de provas.

b) A autoridade policial pode decretar a prisão temporária desde que seja imprescindível ao inquérito policial conforme disposto no art. 1º da Lei 7.960/89.

c) A prisão temporária tem um prazo máximo de duração de 05 dias, prorrogáveis por mais 05 dias, desde que se comprove sua necessidade.

d) A prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo juiz em se tratando de crimes hediondos ou equiparados, conforme disposto no artigo 2º da Lei 7.960/89.

### Questão 66

O Ministro X, do Supremo Tribunal Federal, tenta matar

dolosamente, por motivo fútil (ter sido chamado de despreparado em um voto), o ministro Y do Superior Tribunal de Justiça, que realizou aquele voto em uma de suas sessões. Após o Ministro X ter tido acesso ao voto em seu computador pessoal, ele tenta matar o ministro Y, mas por circunstâncias alheias à sua vontade, não consegue seu intento. Em relação a competência, responda:

a) A autoridade competente para julgar o caso será o Ministério da Justiça, para garantir a imparcialidade da decisão.

b) O Superior Tribunal de Justiça será competente, em razão da vítima ser ministro deste tribunal.

c) O Superior Tribunal Federal será competente, em razão da prerrogativa de função do Ministro X.

d) O tribunal do júri será o competente, pois o crime praticado foi tentativa de homicídio, crime doloso contra a vida, de competência do Tribunal Popular.

### Questão 67

Sobre conexão e continência assinale a alternativa INCORRETA:

a) No caso de militar que comete crime doloso contra a vida de um civil, em ação das Forças Armadas, responde perante o Tribunal do Júri, e não perante a Justiça Militar.

b) Quando há concurso de pessoas envolvendo adolescente, a reunião de processos ocorrerá e o julgamento será realizado pela Vara da Infância e Juventude, resguardando os direitos do infante.

c) Crime de desacato praticado contra funcionário público federal será da competência do Juizado Especial Federal Criminal, já que se trata de crime federal ao qual a lei comina pena máxima não superior a dois anos.

d) Quem executa uma carta rogatória no Brasil serão os juízes federais, a execução da carta compete aos Juízes Federais de primeira instância, nos termos do art. 109, X da Constituição Federal.

### Questão 68

Jonathan Bell, sem ter feito nada, é levado à força para prestar esclarecimentos em sede de autoridade policial, em 24 de agosto de 2019, em razão de uma investigação. A autoridade policial o mantém por cerca de 28 horas na delegacia até que conseguem extrair de forma voluntária sua confissão na participação em uma organização criminosa como motorista, que era alvo de investigações. Após sua confissão, foi mantido preso na carceragem daquela delegacia. Você, como advogado de Jonathan Bell, indique a medida a ser tomada diante dos fatos narrados.

- a) Relaxamento da prisão em flagrante.
- b) Liberdade provisória.
- c) Habeas corpus.
- d) Revogação da preventiva.

### Questão 69

Junior baiano chuta a canela de Márcia causando-lhe lesões corporais de natureza leve (art. 129. Pena de detenção de 3 meses a 1 ano) após uma discussão no trânsito. A denúncia do Ministério Público foi rejeitada pelo magistrado competente. A respeito dos recursos cabíveis contra essa decisão de rejeição de denúncia ou queixa-crime, indique a alternativa CORRETA:

- a) Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias.
- b) Apelação, no prazo de 05 dias.
- c) Apelação, no prazo de 10 dias.
- d) Recurso em sentido estrito, no prazo de 02 dias.

## DIREITO DO TRABALHO

### Questão 70

Com fundamento nas disposições da CLT, em relação ao contrato de trabalho por prazo determinado, assinale a alternativa correta:

- a) Poderá ser prorrogado, tácita ou expressamente, por no máximo três vezes.
- b) Não é admitido pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- c) Em qualquer tipo de atividade empresarial, poderá ser livremente celebrado pelas partes.
- d) Não poderá ser estipulado por mais de 2 anos ou, no caso de contrato de experiência, não poderá ser estipulado por mais de 90 dias.

### Questão 71

A empresa, "Alimentação Vida Leve" Ltda., decide aumentar a quantidade de benefícios a serem fornecidos para os seus empregados através de regulamento da empresa.

O setor de recursos humanos faz uma análise acerca da viabilidade dos benefícios a serem concedidos, conforme sugestão dos sócios, e optam em conceder habitação e alimentação.

Desta forma, a empresa concedendo habitação e a alimentação como salário-utilidade, estas deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a:

- a) 12% e 18% do salário contratual.
- b) 15% e 10% do salário contratual.
- c) 25% e 20% do salário contratual.
- d) 20% e 15% do salário contratual.

### Questão 72

Maria dos Anjos, enfermeira no Hospital "Vida Real" Ltda., foi diagnosticada como portadora do vírus HIV. Em razão das atividades que desempenhava, ao receber os exames, a empregada prontamente avisou a sua supervisora Ana Rosa. Após o comunicado, Maria foi afastada de suas atividades, e começou a sofrer perseguições por parte de sua superiora e, inclusive, dos colegas de trabalho.

Desta forma, Maria foi impedida de tocar em pacientes, bem como em realizar qualquer tipo de procedimento, até a efetivação de sua dispensa que ocorreu em fevereiro de 2019.

Tendo conhecimento de que a dispensa de Maria ocorreu de forma discriminatória, assinale a alternativa correta.

- a) Maria possui garantia de emprego, de forma que poderá ingressar com Reclamação Trabalhista, e ao empregador será facultado reintegrá-la, com o ressarcimento integral de todo o período de afastamento, ou, apenas indenizá-la quanto ao período de afastamento.
- b) Maria não possui garantia de emprego, mas fará jus a uma indenização compensatória pela discriminação sofrida.
- c) Maria possui garantia de emprego, de forma que deverá ingressar com Reclamação Trabalhista pleiteando a sua imediata reintegração ao emprego com o ressarcimento integral de todo o período de afastamento, ou, caso entenda desaconselhável a reintegração, a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento.
- d) Maria poderá se valer de um Mandado de Segurança para requerer a sua imediata reintegração, frente ao ato da autoridade coatora.

### Questão 73

Anita, empregada doméstica na residência do casal Sandy e Junior, após um pequeno desentendimento com sua patroa, e em momento de surto, quebrou toda a sua coleção de cristais da Rua 25 de Março, e que estavam na família há duas gerações.

O Sr. Junior, compreensivo, e em razão do grande carinho que nutria por Anita, decide descontar de seu salário uma parte do dano sofrido, este correspondente a 20% do

montante salarial.

Com base na legislação trabalhista, o desconto revela-se:

- a) Legal, pois advindo de prejuízo sofrido pelo empregador em razão de dolo da empregada.
- b) Ilegal, pois é legalmente vedado qualquer desconto nos salários da empregada.
- c) Legal, em razão de Anita ser empregada doméstica, e a legislação autorizar o desconto em qualquer montante.
- d) Ilegal, em razão de não ter havido autorização da empregada neste sentido.

#### Questão 74

Fernanda, estudante de direito, e muito dedicada ao ramo do Direito do Trabalho, decide estudar todos os aspectos constitucionais diretamente ligados aos empregados e empregadores. Diante do narrado, é de conhecimento notório que a Constituição Federal elenca diversos direitos trabalhistas, mas, entre eles, não está incluído

- a) salário-família.
- b) seguro contra acidentes de trabalho.
- c) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- d) a contratação de forma intermitente.

#### Questão 75

A empresa "Barretão" Ltda. pretende flexibilizar alguns direitos trabalhistas de seus empregados, metalúrgicos, através de negociação coletiva. Neste sentido, a negociação coletiva tem prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuser sobre:

- a) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- b) número de dias de férias devidas ao empregado.
- c) valor dos depósitos mensais e da indenização rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- d) teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente.

### DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

#### Questão 76

A empregada, Priscilinha, ingressou com Reclamação Trabalhista perante a empresa "Love&Love" Ltda., de forma a obter total provimento em seus pedidos. Iniciada a execução, a executada teve penhorado diversos bens, quando apresentou exceção de pré-executividade objetivando a nulidade de sua citação e o retorno dos

autos a vara do trabalho para nova instrução processual.

O magistrado acolheu a alegação da executada, e decretou nulidade da citação e todos os atos posteriormente praticados no processo.

Pretendendo reverter a situação, o advogado da exequente deverá impugnar a decisão do magistrado por meio de

- a) Agravo de instrumento.
- b) Embargos à execução.
- c) Agravo de petição.
- d) Recurso Ordinário.

#### Questão 77

Maria Joaquina ingressou com Reclamação trabalhista contra seu ex-empregador, Sancho Pança. A audiência inaugural foi marcada para o dia 18/06/2019, data em que Maria Joaquina estará em reunião na escola de seu filho. Preocupada com as consequências de sua ausência no ato processual, a reclamante lhe procura em seu escritório para fins maiores orientações processuais.

Diante dos fatos narrados, assinale a alternativa correta, acerca das consequências legais pela ausência da Reclamante em audiência, considerando que ela é beneficiária da justiça gratuita.

- a) Ocorrerá o arquivamento da reclamação trabalhista, e será condição para propositura de nova demanda o pagamento das custas processuais decorrentes do arquivamento, ainda que Joaquina seja beneficiária da justiça gratuita.
- b) A Reclamante será declarada revel e confessa de todos os fatos alegados na inicial.
- c) Ocorrerá o arquivamento da Reclamação Trabalhista, com posterior extinção da ação sem resolução de mérito, podendo Joaquina ingressar com nova ação a qualquer tempo, independente de qualquer outra condição.
- d) A reclamante deverá aguardar o prazo de 6 meses para a propositura de nova demanda, em razão dos efeitos da preempção.

#### Questão 78

Sanches ingressa com Reclamação Trabalhista perante a empresa, "Hora da Naninha" Ltda. já que sempre laborou em ambiente insalubre e sem receber qualquer adicional por tal condição.

Em audiência inaugural, o magistrado determina perícia técnica a ser realizada no local para fins de verificação das condições de trabalho.

Com base no caso narrado, assinale a alternativa correta,

quanto ao pagamento dos honorários periciais no processo do Trabalho.

a) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte que solicita a realização da perícia, exceto se beneficiária da justiça gratuita.

b) O magistrado poderá exigir adiantamento de valores para realização de perícias, objetivando um adequado andamento processual.

c) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais será sempre da União, quando envolver reclamante beneficiário da justiça gratuita.

d) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita.

### Questão 79

Em sede de negociação coletiva entre o sindicato dos metalúrgicos e a empresa "XPTO" foi estabelecido o direito a auxílio combustível e plano de saúde, a ser arcado integralmente pela empresa. Tal estipulação foi pactuada, após constantes greves realizadas pela classe operária.

No entanto, após um mês do acordo firmado, a empresa já demonstra sinais de que não irá cumprir com o estabelecido.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta, acerca da medida processual apta para os empregados a fazer

os empregados exigirem o cumprimento dos direitos constantes em negociação coletiva.

a) Mandado de segurança.

b) Execução de título executivo extrajudicial.

c) Ação de cumprimento.

d) Ação Rescisória.

### Questão 80

Roserval trabalhou por um ano em São Paulo/SP, e os três últimos anos do contrato de trabalho em Varginha/MG. Quando dispensado, retornou para São Paulo, onde ajuizou Reclamação Trabalhista em face do ex-empregador, Doceria "Floresta Encantada". A notificação foi recebida, e imediatamente a empresa apresentou exceção de incompetência em razão do lugar, a qual foi acolhida pelo magistrado, determinando-se a remessa dos autos para o TRT/MG. Diante da decisão interlocutória proferida pelo magistrado, Roserval

a) Poderá interpor agravo de instrumento.

b) Poderá interpor recurso ordinário.

c) Poderá impetrar mandado de segurança.

d) Deverá aguardar decisão definitiva para recorrer de forma mediante, já que as decisões interlocutórias são irrecorríveis de forma imediata na Justiça do Trabalho.